MANDATO XIII

ATA Nº. 31/2024

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 4 DE OUTUBRO DE 2024

Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta cidade de Braga, Auditório José Sarmento, sito no Mercado Cultural do Carandá, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Primeiro Secretário e da Senhora Maria do Pilar Araújo Teixeira, como Segunda Secretária. ***MAIORIA LEGAL - A SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta e quatro membros.* ***ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTES MEMBROS****: João Filipe Monteiro Marques, Maria Ester da Silva Taveira, Manuel Joaquim da Silva Pinto Barbosa, Natacha Sofia Miranda Fontes, José Raúl de Oliveira Rodrigues, Maria Manuela de Freitas Marques, António José Pereira de Freitas, António Pedro Ramos Folga, Sara Margarida Barbosa da Cunha, Maria Alexandra Palmeira e Álvares Pereira de Lima Antunes Lopes, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Maria Salomé da Silva Oliveira de Brito, Pedro Morais Mesquita Borges de Macedo, Nuno Durval Ribeiro da Cruz e Silva, Palmira Maciel Fernandes da Costa, João António de Matos Nogueira, José Pedro Pires Machado, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, José Eduardo Gouveia da Silva Pinheiro, Catarina Lourenço Ribeiro, José Miguel Ferreira da Silva, Paula Julieta Ramada Ferreira Caramelo, Fausto Alves Farinha,*

Nélson Jorge Ferreira Duarte, Sandra Raquel Rodrigues Ribeiro, Pedro Afonso Teles, Suzana Rafaela Ferreira Leite, Sandra de Oliveira Cardoso, André Costa Castanho Correia, Ana Filipa Duarte Martins, Maria Norberta de Abreu Ferreira Grilo, Alexandre Sérgio Mano, Márcia Raquel Soares Ferraz, Francisco Jorge Vieira da Silva, Tiago Jorge Monteiro Teixeira, Adriana Sofia Pacheco Carvalho Araújo, Abel Bruno Ferreira Gomes, Valdemar Manuel Gomes Maia, Manuel Jorge Miranda Pereira, João Miguel Vilaça Pires, Tony Reis, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, Carlos Miguel da Silva Abreu Guimarães, José João Pereira Correia, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Filipe Vaz Alves, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Nuno Emanuel Teixeira Gonçalves, João Manuel Marques, João Paulo de Carvalho Vieira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Eduardo Araújo Fernandes, Carmindo João da Costa Soares, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, Jorge Fernando da Silva Dias, Manuel de Azevedo Martins, Rui Pedro Almeida Ramos, Nuno Filipe Ferreira da Silva, Maria José Fernandes Borges, Israel Clímaco Martins Barbosa Araújo Pinto, Francisco Manuel Pereira da Silva, José Fernando Ferreira Vilaça, Mário José Reis Vieira, Sandra Maria Araújo Costa, Maria Elizabete Marques da Silva, Rolando Manuel Oliveira Vilaça, Manuel Joaquim Ferreira Coelho e Paulo Manuel Vilaça Ferreira. ***SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO****: A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Américo dos Santos Afonso, Maria Angelina Pinto Rodrigues, Bento Duarte da Silva, João Orlando Travassos de Freitas Alcaide, Rui Nuno Gonçalves Marques, Sofia Patrícia Travassos de Freitas Alcaide, Augusto Alexandre da Cunha Dias, Ana Margarida Sarmento Manso da Silva Macieira, Jorge Daniel Paredes Abreu, Inês Patrícia Ferreira Alves Varajão Borges, António Carlos Vieira Barroso, João Diogo*

Fernandes Ferreira, Fernando Manuel Martins Viana, Regina Ferreira Alves, Miguel Nuno Barbosa da Cunha, Maria José da Cunha Correia, Miguel António Carvalho Soares Caldas, Sónia Catarina Barros Gonçalves Basto Palmeira, Rui Manuel Rebelo da Silva Pereira, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Diogo Carlos Mendes Almeida da Silva, José Carlos Vaz da Silva, Bruno Alexandre Rocha Gonçalves, Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves, João Jorge Ferreira Baptista, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Marcos Manuel da Silva Couto Oliveira, João Pedro Carvalho Melo, António Meireles de Magalhães Lima, Sandra Cristina Andrade Carvalho, João Manuel Garcia Rodrigues, António Filipe Dias Melo Peixoto e Sérgio Alcindo Leite Pereira Júnior. ***FALTOU O SEGUINTE MEMBRO****: João Diogo Fernandes Ferreira. Passou-se à apresentação da* ***ORDEM DE TRABALHOS****:* ***PONTO NÚMERO UM – ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA - ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOIS MIL E VINTE E QUATRO – TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo, aprovada na reunião de oito de julho do ano em curso, relativa à alteração ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos TUB, para o período de dois mil e vinte e quatro-dois mil e vinte e oito, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Para dar início à discussão deste ponto da ordem de trabalhos, usou da palavra o* ***Sr. Deputado da Iniciativa Liberal****,* ***BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO*** *para, inicialmente, desejar as maiores felicidades ao Dr. Rui Morais no seu novo desafio profissional e dar as boas vindas à nova Presidente do Conselho de Administração da Agere e dizer-lhe*

que esperava que conseguisse desatar os nós que a Agere tinha pela frente, nomeadamente a ETAR do Este e que a Iniciativa Liberal iria estar ali a fazer o escrutínio a que já se habituaram. Voltando ao tema, queria referir que a Iniciativa Liberal, em setembro transato, iniciou o roteiro pela Mobilidade e nada melhor do que voltarem ao tema sobre o BRT, tendo então destacado que: "Já por diversas vezes manifestamos a preferência pelo metro de superfície, também conhecido por "light rapid transit", para Braga. No entanto, tendo consciência do custo que um projeto desta envergadura acarreta e não se hipotecando aquela solução, entendemos que o BRT poderá ajudar a resolver alguns problemas de mobilidade na malha urbana da nossa cidade e pode ser decisivo para alterar o paradigma da cidade das vias rápidas. Como sabemos, ao longo das últimas décadas, Braga foi uma cidade que criou todas as condições para atrair carros para o centro da cidade. Toda a urbe foi pensada para favorecer o automóvel com faixas de atravessamento e centenas de lugares de estacionamento no centro. Atualmente, já existe algum consenso que se deve retirar o privilégio atribuído aos carros, para se obter um equilíbrio e uma coexistência com outros modos de transporte, criando mais opções de mobilidade, levando a existir uma verdadeira liberdade de escolha. Esta transição é sempre difícil. No entanto, podemos recorrer à experiência de outras cidades, que já vão avançando ferozmente nesta mudança de paradigma. Através destes exemplos, sabemos que, após uma fase inicial de adaptação, os benefícios tornam-se evidentes e rapidamente se torna impensável voltar atrás. Não só aumenta a qualidade do espaço urbano, como ao contrário do que se imagina, o próprio trânsito automóvel recupera fluidez em pouco tempo. Ao libertar algum espaço para outras formas de mobilidade, aumenta-se a sua conveniência e eficácia. Com isso há mais viagens que deixam de ser feitas de automóvel, a eficiência global do sistema aumenta e todos acabam por ganhar, quer os que

continuam a usar o automóvel, agora em estradas com menos carros, quer os que passaram a dispor de alternativas convenientes e seguras que lhes permitem não ter de usar sistematicamente o automóvel. Deste modo, esperamos que o BRT, complementado com outras medidas fundamentais como a construção de mais ciclovias, consiga ajudar catapultar a mudança modal, ou seja, passar da cidade do carro para outros modos de transporte mais amigos de Braga. Uma das promessas é que o BRT venha criar essa solução, possibilitando ter linhas-eixo centrais na cidade ligando, por exemplo, os caminhos-de-ferro ao Minho Center (Lamaçães) ou à Universidade do Minho e ao Hospital e, futuramente, até ao Nova Arcada. Vai ser assim criada uma via dedicada de transporte com muita mais fiabilidade em termos de circulação, com outro conforto, esperando que seja capaz de mobilizar mais utilizadores. Em suma, o grande desafio vai ser este: urge retirar carros do centro da cidade e esperamos que o BRT seja uma grande parte da solução para que tal aconteça. Convém sublinhar algo importante e que tem sido ignorado: é imprescindível explicar esta solução de mobilidade aos Bracarenses, pois é necessário que todos entendam porque que é que temos todos a ganhar com uma visão mais racional da mobilidade. Sobre este tema, quero apenas expressar a minha preocupação com o cumprimento dos prazos pois esta obra tem de ficar concluída em dois mil e vinte e seis e temos assistido à derrapagem do cronograma inicialmente avançado o que poderá colocar em causa a execução do projeto. Duas últimas notas que resultaram do nosso roteiro sobre a mobilidade que realizamos em setembro: os autocarros da TUB não possuem informação sonora dos locais onde param, o mesmo sucedendo nas paragens quando se aproxima um veículo desta empresa municipal imprescindível para a mobilidade de quem padece de deficiência visual. Esperamos que isto se resolva rapidamente e que esteja assegurada nas viaturas do BRT; a IL Braga circulou no autocarro quinhentos e

um que realiza a linha que percorre dois polos industriais da cidade de Braga, nomeadamente o Parque Industrial de Pitancinhos e o Parque Industrial de Adaúfe, partindo desde a Avenida Central e passando pela Estação de Caminhos-de-ferro. Constatou-se que a viatura transporta um número bastante considerável de Bracarenses, que utilizam esta linha como meio de transporte para os seus locais de trabalho. Foi de notar que, pese embora a linha exista há alguns anos, esta não se encontra assinalada em todos os postaletes de paragem, nem os seus horários estão afixados nos abrigos de paragens, à semelhança das outras linhas que passam nestes locais. Constatou-se igualmente, e esta é uma situação de relevância que queremos relatar, que o horário deveria ser alargado, nomeadamente após as dezoito horas, uma vez que a linha serve dois pólos industriais importantes e que, na grande maioria dos casos, os horários laborais estendem-se para além das dezoito horas. Posto isto, quanto à matéria em discussão, a IL vai votar favoravelmente, pois como sabemos Mais Mobilidade, Mais Liberdade de Escolha!". Seguiu-se a intervenção do ***Sr. Deputado do Aliança****,* ***NUNO DURVAL RIBEIRO DA CRUZ E SILVA*** *que, a propósito, referiu: "Hoje, abordo a importância da alteração orçamental modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos dois mil e vinte e quatro dos Transportes Urbanos de Braga (TUB), com foco na implementação do sistema Bus Rapid Transit (BRT), um projeto que, sem dúvida, desempenha um papel crucial na modernização e sustentabilidade da mobilidade da nossa cidade. O BRT, com um investimento total de cento e cinquenta milhões de euros, sendo cem milhões financiados pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), será uma rede de autocarros rápidos que ligará áreas estratégicas, como o hospital, a Universidade do Minho e a estação de comboios. Este sistema não só melhorará a eficiência do transporte público, como reduzirá drasticamente os tempos de viagem, oferecendo uma alternativa rápida, segura e acessível para*

todos os cidadãos. Mas mais importante do que o impacto imediato na mobilidade, é a relevância que este projeto tem no contexto do Programa Estratégico de Sustentabilidade até dois mil e trinta (PES dois mil e trinta), em que Braga se comprometeu a alinhar os seus investimentos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O BRT é um dos pilares fundamentais desta estratégia de longo prazo. Ao promover o uso de transporte público eficiente reduzindo a necessidade de veículos privados, o BRT contribui diretamente para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, uma das grandes metas do PES dois mil e trinta. A transição para uma mobilidade sustentável é um compromisso que não pode ser adiado. O PES dois mil e trinta visa não apenas reduzir a pegada ecológica da cidade, mas também melhorar a qualidade de vida dos cidadãos criando uma Braga mais verde, inclusiva e acessível. A implementação do BRT vai ao encontro deste objetivo ao oferecer um meio de transporte que respeita o ambiente e, ao mesmo tempo, melhora o dia-a-dia dos nossos concidadãos. Estimativas indicam que este sistema será capaz de transportar milhares de passageiros por dia, retirando centenas de carros das estradas e reduzindo substancialmente o tráfego e a poluição. Este projeto, além de ser uma prioridade no contexto da mobilidade urbana, é um símbolo da visão de Braga para o futuro. A nossa cidade, tal como consagrado no PES dois mil e trinta, assume-se como um exemplo de liderança em sustentabilidade, mostrando que é possível crescer e desenvolver-se sem sacrificar os recursos naturais nem o bem-estar das gerações futuras. A integração do BRT neste plano estratégico é, portanto, um investimento não apenas em infraestruturas, mas também em desenvolvimento humano e ambiental. É importante lembrar que o sucesso deste projeto depende do apoio contínuo de todos nós. Não se trata apenas de construir infraestruturas, mas de garantir que Braga se posicione na vanguarda das cidades europeias que priorizam o ambiente, a mobilidade inclusiva e a

qualidade de vida urbana. Ao aprovarmos esta alteração orçamental, estamos a dar um passo decisivo nesse sentido, assegurando que, em dois mil e trinta, Braga seja uma cidade onde a mobilidade sustentável é a norma, e não a exceção. Por fim, gostaria de destacar que esta alteração orçamental também gera benefícios económicos diretos. Durante a fase de construção, serão criados empregos e movimentados recursos locais, e, a longo prazo, o BRT contribuirá para um ecossistema urbano mais eficiente e atrativo para novos investimentos. Braga estará melhor conectada, tanto dentro da cidade como com a região envolvente, impulsionando o desenvolvimento económico e social de forma equilibrada e sustentável. Com isto, concluo reiterando a importância desta alteração orçamental e do Plano Plurianual de Investimentos para o futuro de Braga. Este é um projeto que nos orgulha e que deixará um legado significativo para as próximas gerações. O Partido Aliança votará a favor". Interveio, depois, o ***Sr. Deputado do C.D.S.-P.P.****,* ***GONÇALO NUNO LOPES DE CASTRO PIMENTA DE CASTRO****, para dizer o seguinte: "O Bus Rapid Transit – BRT, é a solução mais económica, mais adaptável e de melhor concretização, que se encaixa com o projeto de regeneração urbana idealizado para a Cidade de Braga, assente em critérios sustentáveis de mobilidade humana no município. O BRT é um sistema moderno, fiável, rápido e que permite uma constante oferta de transporte. Não querendo entrar em grandes detalhes técnicos do projeto e das mais-valias da sua implementação, resumiremos como uma obra impactante na transformação da mobilidade em Braga, tornando a nossa Cidade mais amiga do ambiente e mais ágil nas deslocações diárias dos nossos munícipes. A inclusão do projeto BRT de Braga na última revisão do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR, gerou a oportunidade de lhe afetar cem milhões de euros. No Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dois mil e vinte e quatro-dois mil e vinte e oito, aprovado em treze*

de novembro de dois mil e vinte e três, pelo Conselho de Administração dos TUB, e submetido à sessão da Assembleia Municipal quinze de dezembro de dois mil e vinte e três, ainda não estavam asseguradas as fontes de financiamento relativas à implementação do projeto de investimento BRT. No dia sete de dezembro de dois mil e vinte e três foi formalmente assinado o contrato com a Estrutura de Missão "Recuperar Portugal", onde consta esse compromisso de financiamento. Esta alteração, posterior à aprovação do Plano e Orçamento de dois mil e vinte e três, implica que no orçamento de investimento do BRT a comparticipação financiada seja agora de sessenta e seis ponto seis por cento, o que levou às alterações de última hora no Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dois mil e vinte e quatro-dois mil e vinte e oito, dos Transportes Urbanos de Braga – TUB-E.M. Como última nota, gostaríamos de salientar e saudar a ação e persistência do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, e de toda a sua equipa, que nunca deixou de insistir e pressionar as instâncias governamentais para que este projeto, tão impactante para Braga e para os seus habitantes, fosse inscrito e objeto de financiamento por parte do PRR. Tendo em linha de conta a importância deste projeto para regeneração urbana do Concelho de Braga e para as gerações atuais e futuras de bracarenses, o Grupo Municipal do CDS-PP votará a favor este ponto da Ordem de Trabalhos". O ***Sr. Deputado do P.P.M.****,* ***PEDRO MORAIS MESQUITA BORGES DE MACEDO*** *tomou do uso da palavra para destacar que: "Julgo que será pacífica a aprovação deste orçamento retificativo de dois mil e vinte e quatro! O BRT será um dos projetos mais importantes a implementar até dois mil e trinta no Concelho de Braga! Este projeto é uma aposta clara na alteração de uma filosofia existente e sustentada na utilização do automóvel de forma intensiva e estimulada durante décadas! A emergência climática e os objetivos de redução de carbono, que Braga se comprometeu, assim o exige! Numa*

cidade moderna e com alamedas generosas, a sua aplicação seria fácil mas, aplicá-la numa cidade bimilenária, com especificidades como são as de Braga, temos de reconhecer que é deveras um desafio! Esta foi uma janela de oportunidade dos Fundos Europeus do PRR que foi amarrada por este Município! Braga aproveitou fundos para implementar duas das quatro linhas estudadas e terá um desafio de executar uma obra deste calibre depressa e bem, o que não será certamente um desafio fácil! Apostou-se num estudo exaustivo e minucioso, realizado por profissionais e que tivemos oportunidade de ver em detalhe em duas comissões reunidas no mesmo dia! Apenas tive algumas dúvidas na opção da paragem de autocarro na Estação de comboios que me parece mais lógico ficar mais perto da saída do que mais longe, mas, de resto, o plano pareceu-me muito bem delineado! Sabemos que a implementação do BRT será um fator de incómodo para os munícipes! Sabemos também, que o período após a sua conclusão continuará a ser criticado pelos Munícipes, principalmente os que têm, devido à sua atividade profissional e familiar, a obrigatoriedade de utilizar o automóvel como veículo de locomoção! Sabemos identicamente que a implementação do BRT pode ser utilizada como arma de arremesso político! É urgente realizar uma campanha de alerta e de sensibilização, reafirmando que numa primeira fase existirão transtornos e até um pouco de "caos", mas que após uma primeira tempestade, lá virá a bonança quando e se conseguirmos captar os nossos munícipes na utilização rotineira do BRT! Bastará, como se fosse fácil, conseguir que seja cómodo, rápido, fiável e pontual! Vai ser necessário adquirir terrenos, construir infraestruturas, adquirir material circulante, implementar sistemas de informação de comunicação, sistemas técnicos, bilhética e sistemas de controlo de operação! Estou confiante no sucesso desta operação! Por essas razões irei votar favoravelmente!". A palavra foi dada à ***Srª. Deputada da C.D.U.****,* ***SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO*** *para*

se pronunciar sobre a matéria ora em discussão, referindo que: "Em coerência com o que já tivemos a oportunidade de dizer na reunião de Câmara sobre este assunto, a CDU irá abster-se relativamente a este ponto, devido a três razões fundamentais: Primeira - A solução adotada na alteração proposta não é de todo a ideal, uma vez que limita a sua ação ao centro da cidade, apenas introduzindo percursos que duram mais do que os atuais, quando a prioridade deveria ser o transporte para as periferias, pois é aí que está diagnosticada uma maior necessidade. São necessárias soluções que beneficiem os munícipes bracarenses que habitam as periferias e não apenas os que vivem nas zonas mais centrais da cidade. Segunda - Continuamos também a não entender o que fundamentou, tecnicamente, a escolha do BRT e não de outra modalidade, não estando claro, ainda, como se vai assegurar a sua viabilidade financeira, sendo este outro aspeto que nos preocupa e deixa algumas dúvidas. Terceira - Como se vai fazer a articulação deste Projeto da TUB com outros transportes, para dentro e fora do concelho, é uma questão que continua por esclarecer. Quanto a nós, este projeto só faz sentido num contexto de intermodalidade dentro do concelho e em articulação com outros municípios das CIM envolventes, como aliás a CDU tem vindo, publicamente, a defender. E sobre isto, de facto, faltam soluções consistentes com as necessidades da população de Braga Concelho, que apresentem soluções para os que aqui habitam, mas trabalham nos concelhos vizinhos e/ou vice-versa. Por estas razões optamos pela abstenção, na expectativa de que venham a ser clarificadas as dúvidas e inquietações aqui expostas pelo nosso grupo municipal". Posta à votação, foi a referida proposta ***aprovada com vinte e seis abstenções do P.S., de Presidentes de Junta/Uniões de Freguesias, da C.D.U., do B.E., do P.A.N., do Chega e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Victor. PONTO NÚMERO DOIS – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DAS EMPRESAS***

MUNICIPAIS RELATIVOS AO PRIMEIRO E SEGUNDO TRIMESTRES DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO (PARA CONHECIMENTO). *Para conhecimento da Assembleia Municipal, apresentam-se os relatórios de execução orçamental das Empresas Municipais, nos termos previstos na alínea a), do número dois, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, relativos ao primeiro e segundo trimestres de dois mil e vinte e quatro: a) - AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.; b) - TUB-EM – Transportes Urbanos de Braga; c) - BRAGAHABIT – Empresa Municipal de Habitação de Braga, E.M.; d) - FAZ CULTURA – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M.; e) - INVESTBRAGA – Agência para a Dinamização Económica, E.M.. Os mencionados documentos dão-se por reproduzidos e transcritos e vão ser arquivados em pasta anexa ao livro de atas. Usou da palavra o* ***Sr. Deputado do P.S.***, ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA****, para referir que: "Os relatórios das empresas municipais são documentos importantíssimos para a gestão do município. Importa recordar que as cinco empresas que fazem parte do perímetro empresarial do município de Braga têm um orçamento que, no seu conjunto, ronda os setenta milhões de euros. Se por acaso nós juntássemos também os PPI's, os Planos Plurianuais de Investimento, esta verba passaria os cem milhões de euros. Daí a importância que a análise destes documentos tem para o Partido Socialista. No entanto, nós hoje estamos a apreciar aqui documentos que estão feridos de alguma, eu não direi de ilegalidade, porque não é, mas estão feridos daquilo que a lei diz que deve ser feito, que devem ser apresentados de forma completa e atempada. E o que é que acontece? Nós estamos a apreciar um relatório que decorreu daquilo que foi a atividade das empresas de um de janeiro a trinta e um de março e o outro também terminou no dia trinta de junho e, portanto, podendo ser do género "déjà vu", ou seja, estamos aqui a*

analisar algo que está completamente desfasado do tempo e isso não é bom para quem faz aquilo que é o papel dos membros da Assembleia, que é o acompanhamento e a fiscalização. Acompanhar algo em que já passaram sete meses, é sempre muito complicado, pelo menos desde o término do primeiro relatório. Mas há uma segunda questão que também aqui eu quero trazer e que não foi respeitada. É que a acompanhar o relatório do segundo trimestre, deveriam estes ser acompanhados do Relatório de Execução financeira da responsabilidade do Revisor Oficial de Contas. E o que é que acontece? É que, passados quatro meses, nós não temos esse documento. E, portanto, eu direi que, apesar de a análise que o Partido Socialista fez destes documentos ser até uma análise exaustiva, ela não está completa, porque nós não sabemos aquilo que pensa o fiscal único, que é um órgão também das próprias empresas, um órgão externo. Mas vamos então, agora que está explicado, isto é a posição do Partido Socialista que naturalmente, como todos os membros desta Assembleia, exige que os documentos nos sejam remetidos de forma atempada e completa e que, por outro lado, também venham completos para procedermos a uma análise mais aprofundada, iremos então agora fazer a análise de cada uma das empresas municipais. Em regra, dizer que todas elas, com exceção de uma delas, que eu não vou citar o nome, fazem de forma exaustiva aquilo que foi a sua atividade, quer durante o primeiro, quer durante o segundo trimestre. E isto vem de encontro também àquilo que o Partido Socialista aqui tem vindo pedir, que efetivamente estes relatórios, como diz também e preconiza a lei, sejam completos, para quem os leia possa situar-se e também perceber e fazer o acompanhamento que nos é pedido por quem nos elegeu. Passando à primeira empresa que fez um relatório muito exaustivo, que já nos habituou também a fazer relatórios bem feitos, falo da Bragahabit, uma empresa que tem tido um papel importante na reabilitação urbana e na aposta da habitação,

sobretudo naquela que é apoiada por fundos públicos, nomeadamente através do PRR, e aqui dizer alguns números que são muito importantes, é que na estratégia local de habitação, os contratos assinados foram duzentos e sessenta e sete, num total de seiscentos e noventa e um, para uma verba de vinte e oito milhões de euros Uma aposta do outro governo socialista, que este Governo está a acompanhar, e bem. Recentemente a Bragahabit contratualizou com o IHRU também a requalificação de sessenta e seis fogos e a aquisição de quatro, numa verba de três milhões de euros que, juntamente com a aquisição de terreno para realojamento dos habitantes do Monte de São Gregório, juntamente também com a requalificação das habitações sociais do Picoto e também com a construção de dez fogos no valor de um milhão trezentos e sessenta mil euros, isto são atividades que mereceram, da minha parte e do Partido Socialista esta referência. Porquê? Fazem parte da segunda atualização daquilo que é a Estratégia Local de Habitação. E, portanto, referir isto sem qualquer problema. E, portanto, dizer que naquilo que foi o seu trabalho, e podemos apreciar que nos bairros sociais uma parte significativa tem obra feita, outra está em execução e outra está também ainda para poder ser contratualizado. No entanto, há uma fragilidade que começa a aparecer e não é por culpa desta empresa, naturalmente. É que o IHRU não tem mãos a medir. E vimos isso na última reunião da Comissão Permanente. Não há forma como dar vazão àquilo que é a enorme solicitação que é feita todos os dias, agora que as estratégias locais de cada concelho estão a entrar em velocidade de cruzeiro. De qualquer forma, é importante referir mais alguns números e dizer que a Bragahabit teve uma execução acumulada dos dois trimestres de dois milhões e setenta mil euros, o que representa quarenta e cinco por cento. Teve uma despesa, durante este período, também de cerca de um milhão novecentos e quarenta mil euros, o que dá quarenta e dois vírgula quatro por cento, tendo tido um resultado líquido de cerca

de cento e trinta mil euros, mais propriamente cento e vinte e nove mil euros no seu PPI, que são aqueles vinte e oito milhões de euros. Aí, e como eu disse, até por causa deste arrefecimento que o próprio IHRU provoca, só realizaram cinco por cento no primeiro trimestre e um acumulado de oito por cento até ao segundo, num total de dois milhões trezentos mil euros no segundo trimestre, quando no primeiro fizeram apenas um milhão e trezentos mil. E, portanto, é este o panorama da Bragahabit, que continua a ter outras tarefas em cinco eixos, vinte e cinco temas e que, naturalmente, quem leu, pode aperceber-se da sua atividade. No entanto, há esta fragilidade e não sei se o IHRU poderá dar resposta necessária. Importa, por último, dizer ainda relativamente aqui à habitação, que há três terrenos situados na conhecida área das Sete Fontes, que vão dar lugar a trinta e três fogos e também há um terreno, junto ao bairro Social das Andorinhas, que é do IHRU, não está registado em favor do IHRU e que vai também, depois do registo, passar para a propriedade da Câmara versus Bragahabit. E quanto a Bragahabit, estamos conversados. Passando agora à InvestBraga, dizer que inovou, ao contrário das outras empresas que fazem um acumulado ou fazem cumulativamente o primeiro e segundo período, faz uma questão que está legalmente e é possível de analisar, e então faz uma análise trimestre a trimestre, fazendo um orçamento daquilo que é a sua atividade para cada trimestre. Eu vou-me referir só ao segundo trimestre, que é aquilo que me parece mais importante e dizer que realmente tiveram, no segundo trimestre, uma execução de rendimentos cerca de noventa e dois por cento, correspondente a um milhão e setecentos mil euros e uma despesa de um milhão novecentos e quarenta mil euros, o que dá um resultado líquido de sessenta mil euros e isto é relativamente só ao segundo semestre. E todos nós conhecemos a atividade da InvestBraga, que se verticaliza em quatro eixos, nomeadamente na dinamização económica, na atratividade empresarial, também na Pousada de

Juventude e dois temas que todos nós também conhecemos, que são as exposições e feiras e as startups. O que é que pretendo referir e que o Partido Socialista quer referir, é que efetivamente nos relatórios não vi uma palavra relativamente ao contrato que no passado a InvestBraga teve com a Altice. E engraçado que esse contrato se manteve vivo até pelo menos março, mas não aparece sequer uma linha. Será que a InvestBraga tem vergonha da Altice? Será que a Altice teve alguma importância naquilo que foi o desempenho da InvestBraga em toda a sua atividade, sobretudo na actividade dos espectáculos? É curioso. No segundo trimestre também não aparece rigorosamente nada. E eu cada vez me convenço mais que foi uma engenharia espetáculo-financeira que muitos de nós não percebemos e que ainda hoje estamos para perceber, para onde foram uns seiscentos mil euros, que era para compensar não sei exatamente o quê. Que tipo de benefícios, que vantagens? Nunca vi isso vertido e, se calhar, a culpa foi minha, nunca vi isso vertido nos relatórios, nomeadamente nos de dois mil e vinte e três, dois mil e vinte e dois, portanto, naqueles em que houve atividade e houve compromisso. De resto, está um relatório muito bem elaborado, exaustivo e que vale a pena ler para se perceber exatamente o que faz, sendo que muitas das atividades, são atividades em que as empresas, as associações, os próprios responsáveis por espetáculos alugam. Ou seja, não é a dinâmica da empresa que os faz, mas serve de aluguer. Há outros que têm dinâmicas próprias, mas a leitura tem que ser feita com objetividade. Passando agora ao ex Theatro Circo, agora Faz Cultura, dizer que desta vez há um relatório exaustivo, pormenorizado, onde quer destacar, sobretudo no segundo semestre, a questão da Conferência Internacional das Cidades Criativas da UNESCO. O facto de já estarem aprovadas candidaturas para Braga vinte e cinco, Capital Portuguesa da Cultura e também um conjunto de espetáculos, quatrocentos e noventa e sete eventos, sendo cento e dezanove, espetáculos. Dos quatrocentos e

noventa e sete eventos, houve cinquenta e cinco mil espetadores, o que corresponde a sessenta e cinco por cento dos espetáculos programados para o ano, e cinquenta e cinco mil espetadores representam trinta e sete por cento daquilo que eram os espetadores que se pensava poderiam aderir. E, depois, continua com visitas, exposições, áreas de formação, de capacitação, etc. Isto é o que tem de relevante. Naturalmente é com expetativa que nós esperámos, até porque tem uma nova administração, que efetivamente eles possam levar a bom caminho este seu objetivo. Daquilo que é a sua realidade, é uma empresa que tem um orçamento anual de oito milhões setecentos e cinquenta mil euros, que teve um rendimento de três milhões cento e cinquenta mil euros, trinta e seis por cento. Teve despesa no valor de dois milhões e quinhentos e trinta mil euros, o que corresponde a vinte e nove vírgula seis por cento, e portanto tem estas tarefas que são muito importantes. Na sua programação, acho mesmo interessante que eles privilegiem a questão da acessibilidade, da inclusão e da representatividade, e que na sua tipologia tenham um conjunto e uma diversidade de espetáculos que também me merece referência muito especial. Os Transportes Urbanos de Braga têm realmente o relatório onde a demonstração das suas atividades não acompanha a das outras empresas. E, pela primeira vez, e aí sim, começam a fazer referência ao BRT. E, felizmente que o fazem, porque o BRT, como já aqui foi dito, é efetivamente um meio de transporte muito importante que vai estruturar o concelho de Braga e que vai fazer com que Braga possa caminhar naquele que é o sentido. Mas não nos podemos esquecer que se, por um lado, houve entusiasmo da Câmara, houve também, por parte do anterior governo, essa capacidade de perceber que Braga precisava de um transporte amigo do ambiente. As dificuldades já foram aqui enumeradas. Nós também as conhecemos. Estamos a acompanhar, a comissão de acompanhamento vai fazê-lo, sempre com muito critério. Vai fazê-lo com o cuidado que isto merece, mas temos

que perceber que no Plano Plurianual de Investimento, os Transportes Urbanos de Braga deveriam ter previsto já aquilo que foi hoje aqui aprovado no primeiro ponto da ordem de trabalhos. Porque a intenção do BRT já é conhecida há muito tempo e terem inscrito apenas dois vírgula sete milhões de euros de investimento é muito pouco para uma empresa que se vai renovar completamente. Mas se só tinham dois vírgula sete milhões de euros no plano anual, o mais grave é que só realizaram, ao fim do segundo trimestre, doze por cento, ou seja, trezentos mil euros. O que isto quer dizer? Que daquele manancial de obras que estavam previstas, onde pontificava o pavilhão multiusos, que vai ser importantíssimo para o futuro, nem sequer começou ao fim do segundo trimestre, e já estamos a começar o quarto, e pelos vistos também ainda não começou. E o próprio BRT, como já aqui foi dito, também está com algum atraso, porque ainda estamos na fase de candidatura para o estudo prévio, que depois vai levar ao projeto de conceção e execução. E, portanto, é importante que os responsáveis, com os membros da Assembleia a acompanhar, percebam que o tempo começa a escassear e que até meados de dois mil e vinte e seis, se entretanto, não for prorrogado, já só faltará um ano e meio mais mês, menos mês. E, portanto, dizer que os Transportes Urbanos com um orçamento de dezanove milhões e novecentos e noventa mil euros, realmente teve uma execução de nove milhões e quinhentos mil euros nos rendimentos. Teve despesa no valor de nove milhões e trezentos mil euros. Teve no primeiro trimestre um resultado líquido negativo de quinhentos e cinquenta mil euros e, no segundo trimestre, um resultado positivo de setecentos e cinquenta mil euros, o que dá um resultado positivo acumulado ao fim dos dois trimestres de duzentos mil euros, com cinquenta e três por cento nos rendimentos e cinquenta e um vírgula cinco na despesa. E quanto ao aos Transportes Urbanos, dizer que houve melhorias naquela que é a prestação de algumas carreiras, também naquilo que é a pendularização

das próprias carreiras e que, naturalmente, esse esforço se possa sentir em todas, porque a aposta no transporte público passa por termos um transporte de credibilidade. Se não o tivermos, não valerá a pena. E, portanto, passarei a última empresa, até que mais não seja, para aqui fazer referência a um administrador que, independentemente da cor política, quero fazer referência, não vou aqui adjetivar, não vou aqui avaliá-lo, como costuma fazer Marcelo Rebelo de Sousa ou Marques Mendes, mas dizer que durante dez anos foi com ele que esta Assembleia trabalhou, foi com ele que nós resolvemos e esclarecemos algumas questões e até fomos por vezes bem-recebidos quando tínhamos reuniões da comissão. Outras vezes, também se fechava numa concha e nem me atendia ao telefone e nem me respondia aos mails, enquanto Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Económicos e Empresas Municipais. Espero que a nova administradora tenha pelo menos a mesma atitude do Dr. Rui Morais. Mas passando à empresa propriamente dita, dizer que é um mundo à parte, com um ativo líquido de cento e cinquenta e cinco vírgula três milhões de euros, com um passivo de setenta e dois vírgula oito milhões de euros e um de capitais próprios, no valor de oitenta e dois vírgula cinco milhões de euros, trinta e nove dos quais capital social é, realmente, um mundo à parte. Basta ver a extensão da distribuição de água, mil duzentos e quarenta quilómetros. A extensão da rede de saneamento mil e quarenta quilómetros, portanto, é um mundo à parte e é um mundo que convém manter com a qualidade que nos tem habituado até hoje. No entanto, começa a ter algumas fragilidades os biorresíduos que já deviam estar no terreno, a sua recolha já deveria estar e ainda não está e isso é preocupante. Porque a AGERE tem previsto trinta e cinco milhões de investimento, vinte e um dos quais na nova ETAR e Emissário, e ainda nem sequer começou e já prescindiu, sem querer, de nove milhões. E, portanto, é com preocupação que vemos que o Dr. Rui Morais, e nós desejámos-lhe a melhor sorte,

agora que andou a meter água em Braga, vai dar música para o Porto, que tudo lhe corra bem, mas a verdade é que há estes dois grandes problemas para resolver e é importante que se resolvam. Dizer ainda que decorrem agora grandes obras no setor da água, com cerca de seis milhões de euros, que tem a ver com a requalificação da nova da ETA e também dos depósitos. Termino, agradecendo o tempo que vos roubei, mas era importante vir aqui dar nota daquela que é a análise que o Partido Socialista faz às empresas municipais, que são importantíssimas para o concelho de Braga e para os bracarenses". Dando continuidade à discussão do presente ponto da ordem de trabalhos, passou a usar da palavra o ***Sr. Deputado do P.S.D.***, ***MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA*** *para, inicialmente, referir que: "O PSD congratula-se com a análise positiva e bastante favorável que o Partido Socialista fez das empresas municipais. Estamos sempre a melhorar e, portanto, ficamos satisfeitos que o maior partido da oposição tenha reconhecido a boa performance, a boa gestão e o bom estado das nossas empresas, que realmente prestam um serviço muito importante aos bracarenses. Só queria aqui dizer uma coisa que era o seguinte: na questão dos relatórios, acompanhamos com alguma preocupação também o que foi dito pelo nosso Deputado João Nogueira na questão da sua apresentação, embora quanto ao segundo trimestre, apresenta-lo agora no final de setembro, não é assim demasiado tarde e, talvez, o juntar o primeiro ao segundo trimestre, dê uma ideia mais global da atividade das empresas do que apresentar só ao primeiro trimestre logo no final de março. Portanto, poderemos de alguma maneira perceber o motivo pelo qual foram apresentados os dois agora. Quanto à questão do Fiscal Único, penso que não estou a dizer nenhuma asneira, que é um relatório que é apresentado no final do ano e não parcialmente. Mas posso estar enganado. E se o Deputado João Nogueira diz que estou enganado, devo estar mesmo". Passou, depois, a salientar que: "Através do relatório das empresas*

municipais percebe-se que continua o seu equilíbrio financeiro e rentabilidade económica, com as taxas de execução financeira e física adequadas ao período considerado e na boa prestação do serviço à população de Braga. O resultado negativo dos TUB de cerca de meio milhão de euros no primeiro trimestre, deve-se apenas ao não pagamento de entidades devedores estando já corrigidas no segundo trimestre de cento e noventa e dois mil e doze euros. Quer nos TUB, na Bragahabit, na InvestBraga, na AGERE e no então Teatro Circo de Braga SA, têm-se registado sempre uma melhoria e um aumento da prestação de serviços. Seja no aumento do número de clientes do TUB, na implementação da gratuitidade do passe nos transportes públicos aos antigos combatentes, estendida à viúva ou viúvo do antigo combatente, na aquisição de doze novas viaturas elétricas, nos passes gratuitos para todos os estudantes que residam ou estudam no concelho de Braga. Na Bragahabit, seja na quantidade de projetos e realizações efetivas no terreno da melhoria de condições da habitação pública em Braga para as franjas das populações mais frágeis, como comprovam a requalificação do bairro das Andorinhas ou do Bairro das Enguardas, sempre com o envolvimento e participação dos interessados, ou como comprova também a resolução do Problema Habitacional da Comunidade de São Gregório ou o início a reestruturação do Complexo Habitacional do Picoto. Aliás são inúmeras as atividades da Bragahabit da qual dei apenas alguns exemplos como se pode perceber pela leitura destes relatórios, atividades essas com o objetivo de acudir no grave problema de habitação que Portugal atravessa há anos. A InvestBraga continua com a sua principal função de dinamização económica do concelho como estes relatórios revelam e da qual beneficiam os trabalhadores, as empresas e instituições de Braga. A título de exemplo, a AGRO, teve mais de cinquenta mil visitantes, registando o maior número de visitantes ou o programa de aceleração

do SCB INNOVATION HUB. O Teatro Circo, equipamento público de relevo na difusão da cultura na cidade, continua com a sua programação e com muito público. Esta Assembleia Municipal é realizada na semana em que saiu das funções de Presidente da Agere, o Dr. Rui Morais, bracarense bem conhecido de todos nós. O grupo parlamentar do PSD salienta que o Dr. Rui Morais, nas funções quer de administrador da Agere, quer como administrador não executivo na BRAVAL ou na SEGEB, demonstrou uma invulgar competência profissional e técnica bem como uma dedicação grande ao serviço público. De facto, a AGERE de hoje é muito diferente da AGERE existente no dia em que assumiu responsabilidade máximas na gestão da empresa. Além dos elevados índices de rentabilidade económica, financeira e de bons serviços aos bracarenses que fizeram com que a empresa fosse uma referência nacional em termos de eficiência nos últimos seis anos, o administrador Rui Morais teve sempre uma grande preocupação com os recursos humanos, como comprovam o acordo de empresa que estabeleceu com os dois principais sindicatos do país. Através desse acordo foi conseguido o descongelamento salarial, até com efeitos retroativos relativos aos seis anos anteriores ao ano da sua implementação, garantiu melhorias significativas na carreira dos trabalhadores, a extensão dos bons resultados da empresa à distribuição de dividendos a quem nela colabora e muitas outras vantagens para os trabalhadores. A implementação da contentorização dos resíduos de Braga, deve-se em larga medida à sua participação, bem como o alívio forte nos cofres do município, assegurando uma poupança de mais de trinta milhões de euros pelo processo de liquidação da SGEB. Quanto à questão da ETAR do Este, objeto aqui de intervenção do Senhor Deputado que me precedeu, João Nogueira, é preciso dizer duas ou três coisas. Primeiro, que houve um estudo de impacto ambiental, que implicava que fossem implantados uma série de sobreiros, e para isso foi necessária

*a aprovação do Ministério do Ambiente e do Ministério da Agricultura. O parecer do Ministério do Ambiente foi dado e o da Secretaria de Estado das Florestas está prestes a ser anunciado. No entanto, na questão do financiamento, como disse até a Ministra do Ambiente em Braga, há relativamente pouco tempo, o processo, além de ter assegurado o financiamento da ETAR, também disse, e até especificou, que o financiamento passou do vinte vinte para o vinte trinta. Portanto, as preocupações do nosso colega João Nogueira podem estar muito sossegadinhas, que quanto ao financiamento e quanto à ETAR, é só vir a aprovação da Secretaria de Estado da Agricultura que está prestes a ser conseguida, que no dia seguinte pode iniciar as obras. Para alguma coisa sou deputado da nação, há cerca de duas semanas. Na questão da varredura, há duas ou três coisas que é importante saber-se. Primeiro, que foram adquiridas mais quatro máquinas numa série de oito e que a AGERE tem um oficial que está em execução e que, portanto, aliás, como eu próprio disse na última Assembleia Municipal, a varredura é feita em função do olhar que a AGERE tem pelo concelho e vai acudir às freguesias, seguindo esse cronograma técnico que está realizado. O grupo parlamentar do PSD declara, com orgulho, que tem muita, muita, muita, muita satisfação pelo desempenho do excelente serviço público que o Dr. Rui Morais prestou a cidade e ao concelho e deseja-lhe os maiores sucessos profissionais e pessoais". **PONTO NÚMERO TRÊS – REGULAMENTO DO PROGRAMA "MUNÍCIPE ATENTO"**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de dez de setembro do ano em curso, relativa ao Regulamento do Programa "Munícipe Atento", que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos usou*

da palavra a ***Srª. Deputada do B.E.****,* ***MARIA NORBERTA DE ABREU FERREIRA GRILO****, para revelar que: "O Bloco de Esquerda vai votar contra este regulamento. Da leitura do regulamento, surge logo uma questão que é fundamental - o que vai fazer a Câmara com as propostas que forem premiadas? E, já agora, o que faz com todas as outras propostas que, não sendo premiadas, tenham mérito? É que não há nada no regulamento que esclareça qual é a destinação das ideias, sugestões e iniciativas que daqui saiam. E não pensam os autores do regulamento e mentores do programa que para o designado munícipe atento seria bem mais significativo saber o que se vai fazer à ideia que apresenta do que receber um prémio não financeiro? Não têm agora os cidadãos forma de fazer chegar as suas sugestões e ideias aos decisores? Então que se crie uma forma menos burocratizada, que não implique uma candidatura entregue em formulário próprio, com critérios que afastam desde logo uma grande parte dos cidadãos. E para os que se aventurem a fazê-lo, terão de ficar à espera de uma avaliação de um júri para descobrir se a sua sugestão tem mérito? E quanto tempo esperam, sendo esta uma premiação bianual? É óbvio que a dinamização da participação cívica dos munícipes é essencial, mas não nos parece que criar um prémio com estes moldes seja a melhor forma de o fazer. Aliás, se o executivo municipal está mesmo interessado em promover esta participação, poderia começar pelas intervenções que são feitas nesta mesma assembleia. Quantos cidadãos vêm até nós com sugestões, propostas e críticas fundamentadas; e qual é a resposta que a Câmara lhes oferece? Quantas recomendações e moções a Assembleia aprova e ficam sem seguimento? Ainda na passada segunda-feira foi aprovada uma recomendação do Bloco de Esquerda para que se envidem esforços para a criação de creches municipais. Quanto tempo ficaremos à espera de uma resposta a esta recomendação, se esta resposta um dia chegar? Trazemos ainda à memória o*

exemplo mais recente de como munícipes atentos são completamente ignorados: a construção de um ginásio com dois andares no subsolo, num terreno público, que era uma zona verde considerável, de usufruto dos habitantes das redondezas, que tem a particularidade de se localizar em zona de convergência de linhas de água da rede hidrográfica das Setes Fontes. Perderam os munícipes atentos uma zona verde, perdeu a cidade zona de absorção de carbono, comprometeu-se o percurso natural das linhas de água e ribeiras, antevendo-se desde já problemas de infiltrações e cheias em alturas de maior pluviosidade. Ouviu o executivo a voz dos munícipes atentos? Por tudo isto iremos votar contra". Seguiu-se a intervenção da ***Srª. Deputada do C.D.S.-P.P.****,* ***MARTA SALOMÉ DA SILVA OLIVEIRA DE BRITO****, para, a propósito, salientar que: "O Grupo Municipal do CDS-PP expressa o seu apoio ao Programa "Munícipe Atento", reconhecendo a importância de incentivar a participação ativa e responsável dos cidadãos no desenvolvimento do concelho de Braga. Este programa representa um contributo significativo para reforçar a relação entre os munícipes e o seu Município, promovendo a apresentação de sugestões e ideias que beneficiem o bem comum. Ao criar um espaço de diálogo e envolvimento direto dos cidadãos nas decisões da cidade, o Programa "Munícipe Atento" reflete uma administração mais aberta, participativa e democrática, onde todos os bracarenses têm a oportunidade de colaborar de forma construtiva. Consideramos que a participação cívica é um dos pilares fundamentais de uma sociedade moderna e desenvolvida, e que as iniciativas deste género reforçam a coesão social e o sentimento de pertença à cidade. Realçamos ainda a relevância de premiar os munícipes mais atentos e participativos, de forma não monetária, o que valoriza o contributo da cidadania ativa e fomenta o espírito de colaboração para o bem comum. Este programa está alinhado com os princípios de proximidade, de partilha e de participação cidadã que o CDS-PP também*

defende. Não podemos deixar de destacar que sem dúvida o Programa "Munícipe Atento" é um bom exemplo de como este tipo de processos deve decorrer: surge da vontade de fazer e promover o bem comum, sem "politiquices" nem maledicências. Um programa para Gente que quer Fazer, que se quer afirmar pela positiva, que se quer libertar dos condicionamentos das redes sociais, que neste âmbito da participação cidadã, de uma forma mais ou menos encapotada, têm servido como caixa de ressonância de determinados interesses. São programas como este, sóbrios, claros e focados que fazem falta a uma sociedade cada vez mais marcada pela desinformação e pelos ódios estéreis e pela crítica sistemática inconsequente. Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP, considera que o Programa "Munícipe Atento" é um passo importante na promoção da responsabilidade cívica e na criação de uma cidade mais inclusiva, onde todos podem ser agentes de mudança. Por estes motivos, manifestamos o nosso voto favorável à sua aprovação". Posta à votação, foi a referida proposta ***aprovada com dois votos contra do B.E. e com cinco abstenções da C.D.U. e do P.A.N.***. ***PONTO NÚMERO QUATRO – DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE DUZENTOS E NOVENTA E SETE METROS QUADRADOS, SITA NA RUA DOS TORNEIROS, FREGUESIA DE SÃO VICTOR***. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado no artigo vigésimo quinto, número um, alínea q), Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo aprovada em reunião de dez de setembro do ano em curso, com vista à desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de duzentos e noventa e sete metros quadrados, sita na Rua dos Torneiros, freguesia de São Victor, concelho de Braga, para posterior aprovação da constituição do direito de superfície à Associação Mãe*

Cegonha – Creche e Jardim de Infância Crl., que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação, foi a referida proposta ***aprovada com seis abstenções da C.D.U. e do B.E.***. ***PONTO NÚMERO CINCO – DESAFETAÇÃO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, COM A ÁREA DE TREZENTOS E SESSENTA E OITO VÍRGULA CINQUENTA METROS QUADRADOS, SITA NAS TRASEIRAS DOS LOTES NÚMEROS UM E TRÊS DA RUA DE QUINTÃ, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MERELIM (SÃO PEDRO) E FROSSOS***. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do preceituado no artigo vigésimo quinto, número um, alínea q), Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo aprovada em reunião de dez de setembro do ano em curso, com vista à desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno com a área de trezentos e sessenta e oito vírgula cinquenta metros quadrados, sita nas traseiras dos lotes números um e três, da Rua de Quintã, União de Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos e posterior alienação ao requerente Lacatoni Desportos, S.A., para efeitos de regularização da área de construção e alteração de utilização para uso industrial, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação, foi a referida proposta* ***aprovada com quatro votos contra da C.D.U. e com três abstenções do P.A.N. e do B.E.***. *Foi presente uma* ***Declaração de Voto*** *pelo* ***Sr. Deputado da C.D.U., ANDRÉ COSTA CASTANHO CORREIA****, realçando que: "O grupo municipal da CDU votou contra o Ponto cinco da Ordem de trabalhos (Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de trezentos e sessenta e oito vírgula cinquenta metros quadrados, sita nas traseiras dos lotes números um e três, na Rua da Quintã, União de Freguesias de Merelim*

*São Pedro e Frossos), porque nos parece que esta desafetação vem regularizar uma situação de abuso por parte de uma Empresa que, primeiro se apropriou um terreno de domínio público e só depois solicitou a regularização desta "ocupação", chamemos-lhe assim. Ora, o terreno em causa, sito numa zona industrial, estava dado para equipamento no PDM. E, se estava destinado a este fim, por que razão deixa agora de estar? Deixou o terreno de fazer falta ao Município porque foi abusiva e indevidamente ocupado por uma empresa? Pensamos que desafetações desta natureza apenas perpetuam e, pior, incentivam situações de irregularidade e abuso". **PONTO NÚMERO SEIS – CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS, COM OPÇÃO DE COMPRA, A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A FAZ CULTURA – EMPRESA MUNICIPAL DE CULTURA DE BRAGA, E.M.** Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea i), do número um, do artigo vigésimo quinto, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dez de setembro do ano em curso, relativa à opção de compra efetuada pela Faz Cultura – Empresa Municipal de Cultura de Braga, E.M., referente ao imóvel sito na Avenida da Liberdade, números seiscentos e sessenta e sete, seiscentos e setenta e três, seiscentos e setenta e sete, seiscentos e oitenta e três, seiscentos e oitenta e sete, seiscentos e noventa e um, seiscentos e noventa e sete, setecentos e um e setecentos e cinco e na Rua Doutor Gonçalo Sampaio, números dois, seis, oito, dez, doze, dezoito, vinte e dois e vinte e seis, Braga, pelo montante de um milhão vinte e sete mil e oitocentos euros, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Aberta a discussão, começou por usar da palavra o **Sr. Deputado do B.E., ALEXANDRE SÉRGIO MANO**, para destacar o seguinte: "Para que possamos votar em*

consciência gostaríamos de ver respondidas algumas questões que não nos parecem tenham ficado bem esclarecidas na documentação fornecida. Primeira - Que finalidade tem dado a Faz Cultura a fração que está a arrendar e pretende adquirir? Segunda - Tendo em conta que a empresa que faz a proposta é a Faz Cultura, e não a anterior empresa Theatro Circo, quem é o proprietário atual do edifício do Theatro Circo? Terceira - Não seria possível, dado que na verdade estas duas frações fazem parte do mesmo edificado, integrar esta fração que agora está em processo de aquisição ao Theatro Circo, o que facilitaria futuros processos de requalificação e conservação do edifício, que são necessários? Quarta - Sendo público que a empresa do Theatro Circo não tinha recursos para custear as obras de reparação e manutenção necessárias no edifício, sendo aliás bem visíveis a necessidade das obras, como vai a Faz Cultura financiar a aquisição desta fração? Foi dada a palavra ao ***SR. VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA****,* ***JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES****, para prestar os seguintes esclarecimentos: "De forma muito sucinta, naquela fracção, exerceu-se o direito de preferência, quem tem a possibilidade de exercer o direito de preferência é o município. Portanto, o município exerceu o direito de preferência sobre a fração ou sobre o subcontrato de arrendamento. O Theatro Circo utilizou até agora, ou a Faz Cultura utilizou até agora, a fração e, entretanto, o Theatro Circo consegue financiamento para comprar ao município a parcela. Portanto, é um negócio absolutamente legítimo, simples de entender e que não tem nenhuma outra intenção por trás que não colocar aquela fração nas mãos da empresa Faz cultura, que é quem utiliza a fração". Interveio, de seguida, a* ***Srª. Deputada do P.S.****,* ***SANDRA RAQUEL RODRIGUES RIBEIRO****, para dizer que: "Submete-se à apreciação e votação desta Assembleia Municipal, a opção de compra, pela Empresa Municipal de Cultura de Braga, a Faz Cultura, da fração autónoma "A",*

inserida no edifício do Teatro Circo, pelo montante de um milhão e vinte e sete mil e oitocentos euros. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente este ponto. Merece a concordância do Partido Socialista, uma decisão que, de facto, contribua para dotar a cultura de infraestruturas, para promover a "diversificação da oferta cultural, da conquista de novos públicos e do acesso crescente da população à criação e fruição culturais;" como o Município, aqui, se predispõe a concretizar. A cultura configura-se, hoje, como uma dimensão fundamental para a implementação de qualquer modelo de desenvolvimento. Braga continua a ter défices de política cultural, quanto à sua consistência e continuidade. Uma fragilidade na definição e implementação de políticas culturais sentida à escala municipal. Como seja, a atual desigualdade dos bracarenses no acesso ao regime da gratuitidade na visita a museus, palácios e monumentos do Estado, uma medida implementada pelo Governo Central. Os espaços culturais mais emblemáticos, da alçada do Município, encontram-se encerrados, há vários meses, por razões inconcebíveis de falta de manutenção. Falamos da Torre de Menagem, da Casa dos Crivos e do Museu da Imagem. Sem previsão para a abertura ao público. Com o anúncio do arranque das obras no Museu da Imagem, para janeiro. A três meses do arranque da Capital Portuguesa da Cultura, fica espelhada a falta de planeamento estratégico, para um evento que o Município se predispôs ao nível internacional. Com prejuízos inerentes na valorização e conservação do património, na criação ou aumento de emprego e na atração de mais investimento para a região, como logrou alcançar o concelho vizinho de Guimarães. Com a votação deste ponto, não podemos deixar de questionar, então, pelo exercício da opção de compra, do edifício do Cinema São Geraldo? Foram pagos diretamente à Arquidiocese mais de um milhão de euros em rendas, desde o dia um de agosto de dois mil e dezassete. A um ano do último mandato, já todos percebemos que a

aquisição do cinema São Geraldo não se vai concretizar. Apesar de o Partido Socialista alertar, sistematicamente, desta perda do dinheiro público. A cada alerta do Partido Socialista, o Sr. Presidente vem a público lançar novas causas para a não concretização do negócio. Desde a incompatibilidade das fundações do edifício ao projeto de arquitetura realizado. E no ano passado, em setembro de dois mil e vinte e três, após novo alerta do partido socialista, o Sr. Presidente veio anunciar novas conversações com a Arquidiocese e afirmar que então sim, estavam reunidas as condições para o edifício ser adquirido. Tendo assumido, que apenas uma parte do dinheiro, pago a título de rendas, poderá ser considerado no preço da compra. É com muito receio que o Partido Socialista, de ano para ano, vem aqui falar sobre a tão esperada compra e venda do edifício. Por cada vez mais, estar convicto de que poderá não passar de uma mera ilusão. A par de tudo isso, assistimos, ano após ano, à consequente deterioração do imóvel, mas também, ao comprometimento da regeneração urbana do Largo Carlos Amarante, e, ainda, à não concretização do anunciado espaço de convergência entre arte, ciência e tecnologia para o projeto do Media Arts Center. Não é possível identificar as estratégias municipais para a cultura, por ausência de um plano estratégico municipal com os inerentes impactos, que podem ser múltiplos, nomeadamente através de um retorno negativo, nulo ou mínimo dos recursos financeiros aplicados". Posta à votação, foi a referida proposta ***aprovada com oito abstenções do B.E.****,* ***da C.D.U. e do Chega****. O* ***Sr. Deputado do P.S.D.****,* ***MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA****, apresentou uma* ***Declaração de Voto****, em que dizia: "Uma das razões que motivou o sentido de voto do PSD nesta matéria, tem a ver com o facto de o edifício do São Geraldo, como já foi dito publicamente, estar no processo de concurso sobre a reparação das patologias nele existentes. E, portanto, a ideia é juntar no mesmo concurso público quer as patologias do edifício ao lado da Junta de Freguesia,*

quer as patologias existentes no São Geraldo". O ***Sr. Deputado do P.S.****,* ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA*** *dirigiu-se à Mesa, protestando contra o facto do Sr. Deputado do PSD, Joaquim Barbosa, não estar a fazer uma Declaração de Voto, mas sim uma intervenção que deveria ter sido feita durante o debate deste ponto da Ordem de Trabalhos, situação que era inadmissível até porque o P.S.D. ainda dispunha de tempo para intervir nessa matéria.* ***PONTO NÚMERO SETE – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO ESTRATÉGICO – VANIBRU – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES****,* ***LDA****. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, apreciada na reunião de dez de setembro do ano em curso, relativa ao Reconhecimento de Interesse Público Estratégico, nos termos e para os efeitos previstos no número três, artigo trigésimo segundo do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga, em nome da Empresa VANIBRU – Comércio de Produtos Alimentares, Lda., sita na Rua do Parque Comercial, lote C, da União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães, deste concelho, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. O* ***Sr. Deputado do B.E.****,* ***ALEXANDRE SÉRGIO MANO*** *interveio para dizer que: "O Bloco de Esquerda vai votar contra neste ponto da ordem de trabalhos. No mais recente regulamento do Plano Diretor Municipal, lê-se que é reconhecido interesse público estratégico para os processos de licenciamento pelo seu especial impacto na ocupação do território, pela sua importância para o desenvolvimento económico e social do concelho, ou pela sua especial funcionalidade ou expressão plástica ou monumental, e que verifiquem o seguinte: a) Apresentem elevado caráter inovador; b) Sejam investimentos na área da cultura, educação, saúde, ambiente, turismo, energias renováveis, indústria, ou complexos de lazer e de recreio; c) Criem mais de duzentos postos de trabalho; d) Englobem investimentos iguais ou superiores a*

dois milhões de euros. Diz ainda que os empreendimentos estratégicos devem conter pelo menos duas das características constantes nas alíneas a) a d) do número anterior, sendo uma delas obrigatoriamente a constante da alínea c) ou da alínea d). A Vanibru pretende implantar um centro de armazenamento para produtos alimentares. Na análise da declaração da InvestBraga, não se consegue perceber que o projeto apresente nem caráter inovador, nem abrange qualquer das áreas assinaladas na alínea b). Também não é quantificada a criação de novos postos de trabalho, mas apenas a manutenção dos trabalhadores atuais e o desejo de potenciar a sua criação. Assim, dos pressupostos que o PDM requer, apenas é atingido sem dúvida o volume de investimento. Ora, quando se fala de interesse público num investimento privado, a primeira ideia que vem à mente do cidadão é justamente a criação de emprego e a sua qualificação. Aqui isto foi claramente relegado para um plano menor. Pode-se com certeza argumentar se este empreendimento é ou não inovador, se cumpre ou não mais alguma alínea. Aqui entra uma visão subjetiva que não é, quanto a nós, o cerne da questão. O que nos parece é que este reconhecimento de interesse público é uma forma legal de contornar o PDM. E o que nos preocupa, nestas e em outras propostas que poderão vir, é que qualquer grande empreendimento pode vir a ser classificado como de interesse público, bastando para isso argumentar com alguma criatividade. E, já agora, também como nota, o parecer ou declaração da InvestBraga, para nós, também podia ser melhor, quanto mais não seja, há lá alguns erros, como por exemplo escrever concelho com "s" ou num ponto dizer que são noventa e quatro trabalhadores e mais para baixo passa a ser noventa e três. Se calhar, enquanto redigiam o documento, foi alguém despedido". A palavra foi concedida ao ***SR. VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA****,* ***JOÃO VASCONCELOS BARROS RODRIGUES****, para esclarecer que: "as dúvidas que foram levantadas*

relacionavam-se com a aplicação do Regulamento do Plano Diretor Municipal, e eu acho que não há dúvidas que o Regulamento do Plano Diretor Municipal diz, a determinada altura, que os empreendimentos, para além da criação dos duzentos postos de trabalho, ou para o caráter inovador ,ou para um investimento superior dois milhões de euros, para ver, entre as várias áreas, a questão da indústria e o Senhor Deputado, há pouco falava da questão do armazenamento. Mas algo que é novo neste projeto, e que é diferente daquilo que esta empresa neste momento faz, é que há tratamento industrializado de pescado, naquilo que se quer construir em Nogueira. Portanto, a fundamentação técnica para que tenha sido atribuído o caráter de empreendimento estratégico a este empreendimento, está explicada, justificada e é absolutamente legal e validada pelo Regulamento. Portanto, a dúvida que colocou, que é legítima, mas não se pode colocar, porque está escrito preto no branco, que é uma atividade industrial, que se vai iniciar naquele local, designadamente em Nogueira, junto à Torrestir. Portanto, acho que não há qualquer dúvida quanto à razoabilidade daquilo que estamos aqui a aprovar". Posta à votação, foi a referida proposta ***aprovada com dois votos contra do B.E. e com cinco abstenções do P.A.N. e da C.D.U.***. ***PONTO NÚMERO OITO – CANDIDATURAS AO REGIME DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAGA****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, as propostas aprovadas pelo Executivo na reunião de dez de setembro do ano em curso, relativas às candidaturas apresentadas pelas empresas: a) - Torneiras Monteiro, Ld.ª; b) - Domingos da Silva Teixeira, S.A.; c) - Bysteel, S.A.; d) - Bysteel Fs, S.A., bem como as respetivas propostas de decisão desenvolvidas pela InvestBraga, que se dão por reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. A* ***Srª. Deputada***

***da C.D.U.**, **SANDRA DE OLIVEIRA CARDOSO** propôs que as diferentes propostas fossem votadas em separado, o que foi aceite. Postas à votação, foi a **alínea a) – aprovada com dois votos contra do B.E.; alínea b) – aprovada com dois votos contra do B.E. e com cinco abstenções do P.A.N. e da C.D.U.; alínea c) – aprovada com dois votos contra do B.E. e com cinco abstenções do P.A.N. e da C.D.U.** e **alínea d) - aprovada com dois votos contra do B.E. e com cinco abstenções do P.A.N. e da C.D.U.**. **PONTO NÚMERO NOVE – APOIOS E INCENTIVOS À AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PARA JOVENS – REEMBOLSO DE VINTE E CINCO POR CENTO DO IMT (PARA CONHECIMENTO)**. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, ao abrigo do artigo décimo sétimo A e artigo décimo sétimo B, o mapa de pedidos de apoio e incentivos à aquisição de habitação para jovens, que se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **PONTO NÚMERO DEZ – ADENDA AOS CONTRATOS DE COMODATO CELEBRADOS ENTRE AS JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS E O MUNICÍPIO DE BRAGA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE EDUCATIVA**. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas i) e j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta do Executivo Municipal, aprovada na reunião de vinte e três de setembro do ano em curso, relativa à adenda aos contratos de comodato celebrados entre as Juntas/Uniões de Freguesias e o Município de Braga, para o desenvolvimento da atividade educativa, aprovados na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de vinte e um de julho do ano transato, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa*

ao livro de atas. Posta à votação, foi a presente proposta ***aprovada por unanimidade****.* ***PONTO NÚMERO ONZE – CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE PEDRALVA****. Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), número um, do artigo vigésimo quinto, Anexo um, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na sua redação atual, a proposta aprovada na reunião do Executivo Municipal de vinte e três de setembro do ano em curso, relativa à celebração do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Pedralva, para a execução da obra denominada "requalificação da Rua de Codeçosa", no montante de quarenta e oito mil duzentos e trinta e seis euros e noventa cêntimos. Posta à votação, foi a referida proposta* ***aprovada com duas abstenções do B.E.****.* ***PONTO NÚMERO DOZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A JUNTAS/UNIÕES DE FREGUESIAS****. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas na reunião do Executivo Municipal de vinte e três de setembro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas e Uniões de Freguesias: Um - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar os "trabalhos de impermeabilização e pintura do edifício da sede da Junta de Freguesia de Arentim" no valor de catorze mil quinhentos e quarenta e oito euros e cinquenta cêntimos; Dois - Junta de Freguesia de Figueiredo, destinado a apoiar a "compensação por suspensão de atividade da cantina em virtude da requalificação da EB um e JI", no valor de vinte e um mil e duzentos euros; Três - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar as "reparações*

efetuadas na piscina de Nogueiró", no valor de cinco mil oitocentos e quatro euros e quarenta e dois cêntimos; Quatro - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, destinado a apoiar a "ampliação do cemitério de Nogueiró – reforço de verba", no valor de treze mil quatrocentos e trinta euros e oitenta e três cêntimos; Cinco - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamaçães, destinado a apoiar a "requalificação do polo um da Junta de Freguesia de Fraião", no valor de setenta e seis mil cento e vinte e oito euros e catorze cêntimos. Postas à votação, foram as referidas propostas ***aprovadas com duas abstenções do B.E.***. ***PONTO NÚMERO TREZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS (PARA CONHECIMENTO)***. *Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do número três do artigo H-um barra décimo oitavo do Código Regulamentar do Município de Braga, a informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal de Braga ao abrigo dos números um e dois do artigo H-um barra décimo sexto e do artigo H-um barra décimo sétimo, dos números três e quatro do artigo H-um barra décimo sexto e da alínea c), número um, do artigo H-dois barra quinto do mencionado Código Regulamentar, a qual se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A* ***SRª. PRESIDENTE DA MESA*** *informou que não alterou a ordem de trabalhos, mas o ponto número catorze tinha transitado da última sessão ordinária realizada em trinta de setembro, pelo que os Senhores Presidentes de cada uma das Comissões Permanentes poderiam intervir, se assim o entendessem.* ***PONTO NÚMERO CATORZE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES***. *Neste ponto da ordem de trabalhos começou por usar da palavra o* ***SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS ECONÓMICOS***, ***EMPRESAS MUNICIPAIS E TURISMO***, ***JOÃO ANTÓNIO DE MATOS NOGUEIRA***, *para informar que: "A Comissão Permanente de Assuntos Económicos, Empresas Municipais e*

Turismo realizou, desde a "rentrée" política, duas reuniões. A primeira reunião foi preparada, previamente, por mim e pela mesa da Comissão, mas que teve um acompanhamento que começou em março, quer do Diretor Municipal, Dr. Sandro Louro, quer do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Ricardo Rio. Qual era a intenção dessa reunião? Nós, enquanto membros da Assembleia Municipal, muitas vezes, deparámo-nos com os relatórios que há um bocado aqui foram explorados, com algumas dificuldades que se estão a resolver. Ou seja, era intenção desta comissão, juntamente com os representantes dos Conselhos de Administração das Empresas Municipais, fazer uma reunião de caráter pedagógico onde estivesse presente, e esteve, o Senhor Diretor Municipal, Dr. Sandro Louro, também uma representante do ROC das Empresas Municipais, para tentar estabelecer uma linha para que, é até, um conjunto e definir aquilo que seria a realização de relatórios que fossem normalizados, que fossem simplificados e que tivessem entre eles alguma harmonia, ou seja, que fossem, de certa forma, homogéneos. Homogéneos no sentido de tratar do mesmo assunto e ter o mesmo tipo de leitura. Essa reunião realizou-se com a presença de todos os administradores, e com as pessoas que eu citei, e acho que foi extremamente importante para percebermos até qual é a função e como é que esses relatórios se executam. Ficou uma equipa depois de trabalhar junto dos administradores. Portanto, os administradores formaram, entre eles, uma equipa que vai tentar fazer com que os relatórios possam ser normalizados, ou seja, que a sua leitura não seja feita e apresentada de forma diferenciada. Acho que isso a acontecer, e já está a acontecer naquilo que é a enunciação dos objetivos das obras e eu espero, que na parte orçamental e na parte financeira, possa acontecer o mesmo. Iremos ter ganhos na análise. Vai haver mais transparência, vai haver mais clareza e com isso ganha a democracia e ganhamos nós, enquanto membros da Assembleia Municipal. Outra reunião teve a ver com um pedido de audição

formulado pelo líder da Iniciativa Liberal, Bruno Machado, ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da Agere, Dr. Rui Morais, relativamente a notícias que vieram a público sobre uma pretensa dívida da Câmara Municipal aos acionistas privados da Agere. O Dr. Rui Morais foi ouvido. Foi feita uma audição, e aqui sim, uma audição que foi, de certa forma, também pilotada pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, dado que neste tipo de audições e ao abrigo do artigo sexagésimo quinto e sexagésimo sétimo do Regimento da Assembleia, é ela que faz o contacto, delegou em mim e eu fiz o trabalho de casa. Ouvimos o Dr. Rui Morais, e essa ata, quando for aprovada, estará disponível para se perceber as razões que levaram a Iniciativa Liberal a colocar a questão, quer depois a exposição feita também pelo Dr. Rui Morais e, depois, todas as questões que foram levantadas. Foi uma reunião extremamente clarificadora, muito importante e também daquelas em que vale a pena, porque é sempre a democracia que ganha, e somos nós, enquanto membros da Assembleia Municipal, que exercemos o nosso papel. Foi este o papel da Comissão, desde o final de férias até hoje". A ***SRª. DEPUTADA DO P.S.***, ***CLÁUDIA PATRÍCIA SERAPICOS ALVES***, ***SECRETÁRIA DA COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS E SAÚDE*** *informou que, na ausência do Presidente da Comissão dos Assuntos Sociais e Saúde, Dr. Américo Afonso, dava nota que: "A Comissão reuniu em julho, pese embora eu não tenha estado presente na reunião, a reunião foi feita em simultâneo com a Comissão de Transferência de Competências e Reorganização Administrativa, que tratou sobre a delegação de competências no âmbito da saúde. Na próxima reunião, certamente o Sr. Presidente dará mais detalhes". Usou depois da palavra o* ***SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE URBANISMO***, ***PLANEAMENTO***, ***AMBIENTE***, ***TRÂNSITO E PROTEÇÃO CIVIL***, ***MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA***, *para informar que: "A Comissão vai debruçar-se*

sobre a questão do PDM e vamos definir com o Sr. Vereador do pelouro, a data da reunião. Interveio de seguida o ***SR. PRESIDENTE DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE REAL, DUME E SEMELHE, FRANCISCO MANUEL PEREIRA DA SILVA, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO ESTADO CENTRAL PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DAS FREGUESIAS (TCRAF)****, para informar que: "na ausência do Senhor Presidente da Comissão iria dar duas notas. Reunimos em julho e ficou, portanto, acordado marcarmos outra reunião aquando do agendamento de uma reunião com a comissão que foi agora criada com as eleições legislativas, nova Comissão que está na Assembleia da República. Portanto, aguarda-se a resposta dessa comissão para ver se conseguimos reunir, para saber qual será o destino, nomeadamente dos pedidos de desagregação apresentados aqui nesta Assembleia e aprovados nesta Assembleia, à qual não tivemos, até agora, qualquer resposta". O* ***Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, BRUNO MIGUEL CARVALHO MACHADO****, usou da palavra para questionar o seguinte: "Há sensivelmente mais de um ano, que a Assembleia Municipal recebeu uma petição dos moradores da Rua Luís Soares Barbosa. A petição seguiu os seus trâmites. Foi nomeado um grupo de trabalho em maio e ainda não tivemos resultados desse grupo de trabalho para analisar na comissão. Por isso, eu questiono o ponto de situação. Acho que já estamos a ultrapassar os prazos todos mais que razoáveis para darmos uma resposta aos peticionários". O* ***SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE URBANISMO, PLANEAMENTO, AMBIENTE, TRÂNSITO E PROTEÇÃO CIVIL, MANUEL JOAQUIM DA SILVA PINTO BARBOSA****, interveio para responder que: "Foi escolhido um grupo de trabalho que está a fazer um relatório para apresentar à*

Comissão e estamos à espera que esse grupo de trabalho complete exatamente o trabalho de que está incumbido. Aliás, inclusivamente, em setembro deste ano, contactei o grupo no sentido de apressarem o fim desses trabalhos. Havia aqui uma questão que tinha a ver com um último parecer que, em princípio, teríamos que receber e foi dito que seria recebido, no mês de julho, um parecer da APA. Esse parecer, pelos vistos, atrasou-se ou poderá não vir. Eu até solicitei por escrito ao grupo de trabalho, que não esperasse por esse parecer e que avançasse com os documentos que tem. E, portanto, eu penso é isso que está a fazer e, se assim não for, foi isso mesmo que indiquei na altura, avançar com os documentos que têm. Portanto, tem razão no que está a dizer, no sentido que penso que o prazo já está um bocadinho dilatado, mas espero que estejam a trabalhar e vão em breve marcar a reunião que falei há pouco. Queria também que fosse um ponto da ordem de trabalhos a análise desse relatório e decisão sobre ele. E já agora, outra questão, além das perguntas feitas da comissão aqui na Assembleia Municipal, também se pode dirigir as perguntas e, formalmente, eu respondo sem problema nenhum, sem haver necessidade de esperar tanto tempo para fazer a pergunta aqui na Assembleia Municipal. ***APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA***: *A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, dez, onze e doze de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.* ***ENCERRAMENTO****: Às vinte e três horas e cinco minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de quatro de outubro, de que para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.*